

Clube de Paris tem reação de prudência e ceticismo

PARIS — Os dirigentes do Clube de Paris analisaram a conclusão do entendimento preliminar entre Brasil e bancos credores americanos, em Nova York, com prudência e ceticismo.

— Apesar de considerarmos que é um ponto positivo, o entendimento não altera em nada as condições de negociações do Clube de Paris com o Brasil, disse alta fonte do Tesouro francês, cujos titulares presidem o Clube, na opinião desta fonte, “a suspensão da moratória, que consideramos um passo à frente para tirar o Brasil do impasse, diz respeito apenas aos bancos comerciais, não ao Clube”.

Em princípio, o Clube de Paris só negocia com o Brasil após uma acordo definitivo com os bancos comerciais e depois que Brasília decidir aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ou seja, o encontro entre as autoridades econômicas brasileiras e os credores da dívida pública só poderá ser previsto quando o FMI der seu aval e conceda um empréstimo **stand by** ao Brasil, como sublinhou a fonte, em outras palavras, as autoridades do Clube de Paris consideram o acordo de Nova York como um acerto provisório e continuam esperando que credores e devedor eliminem as barreiras que impedem a abertura de uma grande negociação.

Assim nota-se um endurecimento da posição do Clube pois, na última negociação com representantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central brasileiro, realizada em janeiro passado, seus dirigentes prescindiram do acordo prévio com o Fundo Monetário e contentaram-se com o relatório favorável que o FMI forneceu sobre a situação econômica do País em 1986.

— Exceção como aquela não será mais aberta para o Brasil, afirmou o dirigente do Clube de Paris.

Na área bancária, as reações são

diferentes, embora também considerem o acerto positivo, pois afasta o espectro da moratória, os banqueiros franceses preferiram mostrar-se reticentes, afirmando que “este acordo provisório é um problema de interesse dos bancos americanos e não dos europeus.”

Para os franceses, “os bancos americanos estavam com problemas de desclassificação da dívida brasileira, enquanto que a desclassificação da dívida não é mais um problema europeu”, afirmou um banqueiro, que completou: “o que mais caracteriza o acordo assinado em Nova Iorque é o fato de que não vai além de um entendimento provisório”.

Os bancos franceses, por não terem participado da negociação entre Fernão Bracher e os credores americanos, insistem em manter a distância e garantem que ainda estão na expectativa de “uma negociação séria e geral”. Só louvam o final da moratória, cujo encerramento aliviou-os do temor de que outros países latino-americanos endividados também a decretassem, imitando o exemplo do Brasil.

● **REAÇÃO** — A volta do Brasil ao mercado financeiro internacional é o principal benefício do fim da moratória (suspensão do pagamento dos juros da dívida externa), que poderá acontecer através de acordo do País com os bancos credores internacionais. Essa opinião foi manifestada por empresários como Elmo Araújo Camões, Presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, e Laerte Setúbal Filho, ex-Presidente da Associação de Exportadores Brasileiros.

Laerte Setúbal afirmou que com a moratória o Brasil perdeu mais do que ganhou. Na sua opinião, o País deixou de receber US\$ 1,2 bilhão de créditos de curto prazo. E teve de pagar US\$ 150 milhões de flat-fee (comissão de renegociação da dívida externa), devido a renegociações de linhas de crédito de curto prazo. Segundo Laerte Setúbal, o Brasil perdeu uma boa oportunidade para resolver a questão da dívida externa definitivamente, quando a proposta de Afonso Celso Pastore, Presidente do Banco Central no Governo Figueiredo, foi arquivada pelo atual Governo.